

## RADIODIFUSÃO NA ERA VARGAS

*Maria de Lourdes dos SANTOS<sup>1</sup>*

Apenas neste início de século XXI, o número de aparelhos de rádio no Brasil foi suplantado pelo de televisores, evidenciando a importância deste meio de comunicação na história brasileira, pois, foi a partir dele, que a política, legislação e programação dos atuais meios de comunicação, sobretudo a TV, nasceram e foram moldados. A história da radiodifusão no Brasil, de sua inserção nos anos 1920 à perda de hegemonia a partir da década de cinquenta, coincide com a história política de Getúlio Vargas, de sua ascensão ao cenário político nacional no final da década de vinte à sua morte em 1954. Assim, compreender os aspectos políticos, econômicos, publicitários e culturais da televisão, jornais, revistas e do próprio rádio, implica analisar a trajetória do controle da radiodifusão na Era Vargas.

*Tempos de Vargas* se propõe a analisar “o pensamento e o comportamento de Getúlio Vargas na implantação e consolidação da radiodifusão no Brasil” e aborda temas como: a inserção do rádio no país, sua utilidade e audiência; a Era Vargas, a regulamentação e censura a imprensa; legislação, funcionamento e gerenciamento da radiodifusão. De autoria de um grupo interdisciplinar, liderado por Othon Jambeiro (Amanda Mota, Clarissa Amaral, Suzy dos Santos, Sandro Ferreira, Cassiano Simões, Fabiano Brito, Andréa Ribeiro e Eliane Costa), o livro configura-se numa análise que associa aspectos históricos, jurídicos e técnicos do rádio no Brasil e está organizado em cinco capítulos.

O Capítulo I apresenta uma contextualização histórica dos antecedentes e da introdução da radiodifusão brasileira, estabelecendo relações com a ascensão do nazifacismo na Europa, o crescimento econômico-industrial nos Estados Unidos e o surgimento da oposição entre capitalismo e socialismo. Por meio de uma cronologia progressiva, “Nasce a Radiodifusão no Brasil” pontua eventos que marcaram o surgimento de uma cultura de massa no país e seus desdobramentos no rádio: gravação do primeiro samba em 1917, edição das primeiras revistas em 1921, criação dos estúdios cinematográficos Cinédia em 1929, uso de marchinhas na campanha eleito-

---

<sup>1</sup> Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP.

ral daquele ano, etc. O maior destaque deste capítulo é para a relação de tutela do Estado sobre a radiodifusão, que se estabeleceu desde os primórdios e se prolonga até hoje, devido ao caráter de assunto de “interesse nacional” atribuído ao rádio por Vargas, no início da década de 1930.

No segundo Capítulo – “A Radiodifusão e a Constituição de 1934” –, a obra retrata a transição do rádio de uma natureza técnica, experimental e restrita para um caráter comercial, profissional e popular, crivado por interesses econômicos, culturais e políticos. Esta parte do trabalho destaca o aumento do controle estatal sobre a comunicação, analisando dispositivos, da Constituição de 1934 e de decretos presidenciais, que – por meio de tarifas, exigências técnicas e órgãos reguladores – fundaram o modelo de comunicações brasileiro. Neste modelo em que o Estado tem a exclusividade do direito de operar serviços de radiodifusão, podendo concedê-lo a particulares, desde que mantida a regulação e o atendimento aos interesses públicos, Getúlio Vargas valoriza o papel do rádio para o desenvolvimento econômico, educacional e cultural, bem como para a integração nacional do Brasil. O governo passa a desenvolver ações para coibir a transmissão de músicas, anedotas e palavras “não apropriadas” e obrigar a veiculação da “Hora do Brasil” (1932), programa estatal de transmissão obrigatória em rede nacional de rádio, objetivando “vulgarizar as realizações do governo e esclarecer a opinião pública sobre os problemas do momento”.

Em “A Radiodifusão e o Estado Novo”, os autores traçam o percurso histórico do golpe de Estado de 1937, da trajetória do Estado Novo e da saída de Vargas do poder em 1945, frisando dois movimentos: o de grande popularização do rádio na cultura nacional, associado à expansão industrial do país; e o de endurecimento do controle estatal, que assumiu um caráter de censura político-policial, deixando de privilegiar a parte técnica e passando a perseguir “jornalistas, proprietários de órgãos de imprensa e concessionários de radiodifusão”, além de intelectuais e artistas. O terceiro Capítulo destaca a criação e atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP em 1939, órgão governamental empregado para controlar, censurar e até fechar órgãos de comunicação e coordenar o uso da propaganda no rádio para a autopromoção do regime e para a popularização da imagem de Getúlio Vargas.

Nos Capítulos IV e V, a obra trata do período compreendido entre a saída de Vargas da Presidência da República em 1945 e sua morte em 1954. “A Radiodifusão no Pós-Guerra” discorre a respeito das mudanças ocorridas no mundo após o término da Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos no Brasil, destacando que; apesar da extinção do DIP e volta de eleições diretas; a legislação relacionada à Constituição de 1946 manteve o modelo estatal de concessões de emissoras e a censura prévia ao cinema, imprensa e rádio.

### *Radiodifusão na Era Vargas*

Em “A Volta de Gegê”, a obra analisa o crescimento do poder dos proprietários de emissoras, a popularização dos programas de auditório e a concorrência estabelecida entre o rádio e as primeiras estações de televisão, destacando que a concentração de capitais e a formação de redes regionais e nacionais levaram ao desaparecimento de muitos jornais e revistas.

A abordagem da obra pode ser sintetizada em cinco pontos, destacados pelos próprios autores, acerca da contribuição da Era Vargas para o desenvolvimento da radiodifusão brasileira:

- 1 - Como nacionalista, Vargas defendeu a implantação de empresas nacionais no país, inclusive emissoras de rádio e, posteriormente, de televisão, visualizando a comunicação como um instrumento de interesse nacional, que deveria ser explorado somente por brasileiros, com capital, funcionários e o máximo possível de equipamentos nacionais.
- 2 - A telecomunicação, como um bem de interesse público - de fins econômicos, educacionais, culturais ou políticos -, deveria ser protegida e regulada pelo Estado.
- 3 - A centralização, nas mãos do poder executivo da concessão da exploração dos serviços de radiodifusão é uma questão histórica, decorrente de uma decisão tomada em 1917, quando foram feitas algumas alterações na Constituição de 1891.
- 4 - Apesar de se tratar de serviços públicos de interesse nacional e com finalidades educacionais, os decretos de 1931 e 1932 previam a possibilidade dos mesmos serem explorados por empresas privadas e gerando lucros, desde que as mesmas atendessem as condições impostas pelo “poder concedente”.
- 5 - Os atos e decretos do governo Vargas visando a regular os serviços de instalação, prestação, concessão e exploração dos meios de comunicação no Brasil foram inovadores, sobretudo, pelo fato de incluir a televisão cerca de vinte anos antes de ser trazida para cá.

*Tempos de Vargas* é permeada, em sua abordagem, pelo destaque do **controle** como o elemento marcante em toda história das telecomunicações no Brasil, tanto na adoção do modelo de concessões estatais *trusteeship model* na exploração do setor, quanto na permanência de alguma previsão de controle deste instrumento de interesse público.

A leitura da obra é importante para os interessados em economia política da comunicação e informação no país, bem como, para os estudiosos dos governos de

*Maria de Lourdes dos Santos*

Getúlio Vargas. Por meio dela, é possível percorrer parte da trajetória histórica da comunicação de massa no Brasil, permeando pelas raízes da atuação estatal ainda no Período Imperial, pela implantação do modelo de concessões no Estado Novo e pelas mudanças iniciadas com o advento da televisão. É, sem dúvida, leitura obrigatória para a compreensão da radiodifusão e da política brasileira na primeira metade do século e de seus reflexos na atualidade.

JAMBEIRO, O. et al. **Tempos de Vargas**: o rádio e o controle da informação. Salvador: Ed. UFBA, 2004. 191p.